

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	59.398
Preferenciais	4.453
Total	63.851
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	4.204.202	4.219.247
1.01	Ativo Circulante	1.185.053	1.357.507
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	213.438	457.209
1.01.03	Contas a Receber	620.367	622.227
1.01.03.01	Clientes	600.868	607.711
1.01.03.01.01	Consumidores	600.868	607.711
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	19.499	14.516
1.01.03.02.01	Rendas a Receber	16.487	9.150
1.01.03.02.02	Títulos a Receber	3.012	5.366
1.01.04	Estoques	9.078	11.006
1.01.04.01	Almoxarifado	9.078	11.006
1.01.06	Tributos a Recuperar	69.681	61.817
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	69.681	61.817
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	20.873	15.803
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	48.808	46.014
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	272.489	205.248
1.01.08.03	Outros	272.489	205.248
1.01.08.03.01	Serviços em Curso	40.849	39.441
1.01.08.03.02	Aquisição de Combustível p/Conta CCC	121.152	67.856
1.01.08.03.03	Redução de Receita - Baixa Renda	26.555	15.061
1.01.08.03.20	Outros	83.933	82.890
1.02	Ativo Não Circulante	3.019.149	2.861.740
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	889.350	782.750
1.02.01.03	Contas a Receber	25.784	28.640
1.02.01.03.01	Clientes	23.858	26.715
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.926	1.925
1.02.01.06	Tributos Diferidos	93.781	89.790
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	93.781	89.790
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	111.155	108.053
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	111.155	108.053
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	658.630	556.267
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	17.246	18.227
1.02.01.09.04	Depósito Judiciais	29.185	27.335
1.02.01.09.05	Impostos de Renda e Contrib. Socias a Recuperar	41.631	40.613
1.02.01.09.06	Outros Impostos e Contribuições a Recuperar	50.402	41.682
1.02.01.09.07	Sub-rogação da CCC	166.232	138.509
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	339.864	275.831
1.02.01.09.20	Outros	14.070	14.070
1.02.02	Investimentos	25.750	25.782
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	25.750	25.782
1.02.04	Intangível	2.104.049	2.053.208
1.02.04.01	Intangíveis	2.104.049	2.053.208
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.104.049	2.053.208

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	4.204.202	4.219.247
2.01	Passivo Circulante	1.661.059	1.377.368
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	90.622	86.313
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	90.622	86.313
2.01.01.02.01	Folha de pagamento	9.791	8.217
2.01.01.02.02	Indenizações trabalhistas	80.831	78.096
2.01.02	Fornecedores	348.043	242.533
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	348.043	242.533
2.01.03	Obrigações Fiscais	259.929	211.262
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	160.553	125.806
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	99.376	84.790
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	666
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	670.949	588.665
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	665.804	584.609
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	516.964	516.863
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	148.840	67.746
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	5.145	4.056
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	5.145	4.056
2.01.05	Outras Obrigações	280.123	239.004
2.01.05.02	Outros	280.123	239.004
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	33.177	34.825
2.01.05.02.04	Operações de Swap	89.588	81.769
2.01.05.02.05	Taxa de Iluminação Pública	29.714	19.109
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	29.584	11.938
2.01.05.02.07	Obrigações Programa de Eficiência Energética	34.089	33.505
2.01.05.02.09	Benefício Pós-Emprego	2.339	3.304
2.01.05.02.20	Outros	61.632	54.554
2.01.06	Provisões	11.393	9.591
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.393	9.591
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.393	9.591
2.02	Passivo Não Circulante	1.691.393	1.950.220
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	896.879	1.024.432
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	889.334	1.017.656
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	855.013	874.777
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	34.321	142.879
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	7.545	6.776
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	7.545	6.776
2.02.02	Outras Obrigações	584.997	703.206
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	76.409	136.415
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	76.409	136.415
2.02.02.02	Outros	508.588	566.791
2.02.02.02.03	Impostos, Contribuições Sociais e Parcelamentos	248.967	262.972
2.02.02.02.04	Operações de Swap	60.357	96.738
2.02.02.02.05	Obrigações Programa de Eficiência Energética	38.915	35.277
2.02.02.02.06	Plano de Aposentadoria e Pensão	13.983	13.983

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.02.02.07	Indenizações Trabalhistas	86.361	98.011
2.02.02.02.20	Outros	60.005	59.810
2.02.03	Tributos Diferidos	194.876	206.995
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	194.876	206.995
2.02.03.01.01	Encargos Tributários sobre Reserva de Reavaliação	187.894	197.387
2.02.03.01.02	Outros	6.982	9.608
2.02.04	Provisões	14.641	15.587
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.641	15.587
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.457	12.318
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.184	3.269
2.03	Patrimônio Líquido	851.750	891.659
2.03.01	Capital Social Realizado	518.932	518.932
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-37.154	-15.673
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	369.972	388.400
2.03.08.01	Reserva de Reavaliação em Ativos Próprios	369.972	388.400

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	596.615	413.700
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-527.339	-366.147
3.03	Resultado Bruto	69.276	47.553
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-44.919	-55.593
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.839	-28.205
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.252	-26.434
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	169	175
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-997	-1.129
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.357	-8.040
3.06	Resultado Financeiro	-80.377	2.436
3.06.01	Receitas Financeiras	63.802	117.116
3.06.02	Despesas Financeiras	-144.179	-114.680
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-56.020	-5.604
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	16.111	6.914
3.08.01	Corrente	0	-20
3.08.02	Diferido	16.111	6.934
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-39.909	1.310
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-39.909	1.310
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,62504	0
3.99.01.02	PNA	-0,62504	0,2862
3.99.01.03	PNB	-0,62504	0,477
3.99.01.04	PNC	-0,62504	0,1431

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	105.432	-29.626
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	49.810	22.646
6.01.01.01	(Prejuízo) / lucro do exercício	-39.909	1.310
6.01.01.02	Perda no valor recuperável	1.179	4.902
6.01.01.03	Depreciação e amortização	35.501	30.639
6.01.01.04	Encargos de dívidas, juros e variações monetárias e cambiais líquidas	63.636	2.639
6.01.01.05	Baixas de ativo financeiro e intangível	426	1.043
6.01.01.06	Créditos tributários diferidos	-16.111	-6.934
6.01.01.07	Ajustes da Lei 11.638/2007	6.033	-13.176
6.01.01.08	Outras	-945	2.223
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	55.622	-52.272
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	10.124	-9.955
6.01.02.02	Créditos de redução da receita baixa renda	11.494	0
6.01.02.03	Aquisição de combustível por conta da CCC	-53.295	80.911
6.01.02.04	Estoques	4.395	8.868
6.01.02.05	Serviços em curso	-8.611	-3.825
6.01.02.06	Créditos compensatórios em recolhimentos futuros	-6.166	-15.162
6.01.02.07	Rendas a receber	-1.562	-1.245
6.01.02.08	Títulos e valor mobiliários e devedores diversos	-16.908	-41.254
6.01.02.09	Fornecedores	106.194	-36.063
6.01.02.10	Consumidores	-1.581	366
6.01.02.11	Folha de pagamento e provisões trabalhistas	1.574	2.349
6.01.02.12	Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	-38.475	-27.939
6.01.02.13	Impostos, contribuições sociais e parcelamentos	27.325	8.562
6.01.02.14	Taxas regulamentares	17.646	-4.324
6.01.02.15	Outros créditos	-2.084	-29.174
6.01.02.16	Obrigações do programa de eficiência energética	4.223	14.107
6.01.02.17	Entidades de previdência privada e outras obrigações	1.329	1.506
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-193.266	1.913
6.02.01	Ativo financeiro e intangível dos contratos de concessão	-192.417	-96.447
6.02.02	Acréscimo de obrigações especiais	-849	98.360
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-155.937	5.767
6.03.01	Mútuos com partes relacionadas - líquido	-63.280	-22.087
6.03.02	Novos empréstimos e financiamentos	209.021	153.015
6.03.03	Pagamentos de empréstimos - principal	-254.194	-112.961
6.03.04	Pagamentos de juros sobre o capital próprio e dividendos	-1.689	-12.200
6.03.05	Pagamento de swap	-45.795	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-243.771	-21.946
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	457.209	195.389
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	213.438	173.443

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	518.932	0	0	-15.673	388.400	891.659
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	518.932	0	0	-15.673	388.400	891.659
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.909	0	-39.909
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.909	0	-39.909
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	18.428	-18.428	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	27.922	-27.922	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.494	9.494	0
5.07	Saldos Finais	518.932	0	0	-37.154	369.972	851.750

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	518.932	36.914	176.617	0	425.226	1.157.689
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-162.274	-3.021	-165.295
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	518.932	36.914	176.617	-162.274	422.205	992.394
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.310	0	1.310
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.310	0	1.310
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	16.969	-16.969	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	25.710	-25.710	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-8.741	8.741	0
5.07	SalDOS Finais	518.932	36.914	176.617	-143.995	405.236	993.704

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	805.989	589.559
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	589.334	527.697
7.01.02	Outras Receitas	11.931	923
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	63	0
7.01.02.02	Outras receitas	11.868	923
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	205.904	65.841
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.180	-4.902
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-509.884	-359.774
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-233.269	-206.535
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-118.534	-124.158
7.02.04	Outros	-158.081	-29.081
7.02.04.01	Subvenções de combustível - CCC	54.290	46.622
7.02.04.02	Outros	-212.371	-75.703
7.03	Valor Adicionado Bruto	296.105	229.785
7.04	Retenções	-33.263	-29.160
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.263	-29.160
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	262.842	200.625
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	63.803	117.115
7.06.02	Receitas Financeiras	63.803	117.115
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	326.645	317.740
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	326.645	317.740
7.08.01	Pessoal	20.615	19.348
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.479	12.602
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.251	1.537
7.08.01.04	Outros	6.885	5.209
7.08.01.04.01	Entidade de previdência privada	753	833
7.08.01.04.02	Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	2.475	2.214
7.08.01.04.03	Convênios assistenciais e outros benefícios	3.651	2.133
7.08.01.04.04	Programa de incentivo a aposentadoria e demissão voluntária	0	7
7.08.01.04.05	Diversos	6	22
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	202.457	181.996
7.08.02.01	Federais	78.812	71.737
7.08.02.02	Estaduais	123.313	109.902
7.08.02.03	Municipais	332	357
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	143.482	115.086
7.08.03.01	Juros	42.768	26.164
7.08.03.02	Aluguéis	2.247	2.501
7.08.03.03	Outras	98.467	86.421
7.08.03.03.01	Variações monetárias	14.373	32.388
7.08.03.03.02	Leasing	27	101
7.08.03.03.03	Outras despesas financeiras	84.067	53.932
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-39.909	1.310
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-39.909	1.310

Comentário do Desempenho**(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. RESULTADO BRUTO**

	Trimestre findo em:		Variação %
	31/3/2011 R\$	31/3/2010 R\$	
RECEITA BRUTA DE VENDAS			
Fornecimento de energia elétrica	378.316	299.314	26,39
Disponibilização do sistema de distribuição	214.507	224.255	(4,35)
Suprimento de energia elétrica	4.804	1.141	321,03
Receita de construção	205.904	65.841	212,73
Outras receitas	3.487	3.735	(6,64)
Total da receita bruta de vendas	807.018	594.286	35,80
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Tributos diretos:			
ICMS	(123.270)	(109.527)	12,55
PIS	(9.987)	(8.792)	13,59
COFINS	(45.992)	(40.495)	13,57
Subtotal	(179.249)	(158.814)	12,87
Encargos do consumidor:			
Quota - Reserva Global de Reversão - RGR	(3.189)	(3.629)	(12,12)
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	(19.535)	(10.515)	85,78
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(3.391)	(4.084)	(16,97)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(775)	(709)	9,31
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(775)	(709)	9,31
Estudo de Pesquisa de Energética - EPE	(388)	(354)	9,60
Programa de Eficiência Energética - PEE	(1.938)	(1.772)	9,37
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	(1.163)	-	-
Subtotal	(31.154)	(21.772)	43,09
Total das deduções da receita bruta	(210.403)	(180.586)	16,51
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	596.615	413.700	44,21
CUSTO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda	(205.358)	(178.622)	14,97
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(27.911)	(27.914)	(0,01)
	(233.269)	(206.536)	12,94
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(12.475)	(13.360)	(6,62)
Material	(973)	(4.205)	(76,86)
Materia prima e insumos p/produção energia elétrica	(57.600)	(53.925)	6,82
Serviços de terceiros	(35.519)	(34.106)	4,14
Depreciação e amortização	(31.649)	(27.862)	13,59
Subvenções CCC	54.290	46.622	16,45
Despesa de construção	(205.904)	(65.841)	212,73
Outros	(4.240)	(6.934)	(38,85)
	(294.070)	(159.611)	84,24
RESULTADO BRUTO	69.276	47.553	45,68

Comentário do Desempenho

I) A receita líquida de vendas atingiu no 1º trimestre de 2011 o montante de R\$ 596.615 apresentando um crescimento de 44,21% em relação ao mesmo trimestre de 2010 devido a combinação dos seguintes fatos:

a) Aumento da receita bruta de vendas em 35,80%, motivado basicamente pelo reajuste tarifário médio de 15,83%, que passou a vigorar a partir de 07 de agosto de 2010, e ao crescimento no consumo de energia elétrica, que no trimestre atual foi de 1.564.487 MWh (excluído o consumo próprio) contra 1.488.343 do primeiro trimestre de 2010.

b) Receita de construção: Apresentou crescimento significativo de 212,73% devido principalmente ao aumento dos gastos com as obras do programa Luz para Todos e do Programa de interligação da ilha do Marajó que acrescentaram a esta rubrica no trimestre atual os montantes de R\$ 46.097 e R\$ 27.723 respectivamente.

c) Tributos diretos: ICMS; PIS e COFINS - Apresentaram um crescimento de 12,55%, 13,59% e 13,57% respectivamente na comparação entre os trimestres, em função do crescimento da receita com fornecimento de energia elétrica e Disponibilização do sistema de distribuição, que juntas cresceram 13,23%, e formam a base de cálculo destes tributos.

d) Encargos do consumidor – “Quota – conta de Consumo de Combustível – CCC”: Nesta rubrica registra-se os valores informados pelo Fundo da CCC, para os quais não há interferência da Companhia. O provável crescimento deste valor na comparação entre os trimestres é que o Fundo da CCC passou a cobrir outros gastos que não eram cobertos antes, como pessoal, material e serviços.

II) O Custo do serviço de energia elétrica apresentou no 1º trimestre de 2011 um acréscimo de 12,94% quando comparado com o mesmo período de 2010, motivado por:

a) Aquisição de mais energia elétrica para atender o crescimento da demanda, que registrou um aumento de 5,12% na quantidade de KWh faturado.

b) Aumento de preço no valor da energia elétrica adquirida em relação ao primeiro trimestre de 2010.

III) O Custo de operação apresentou no 1º trimestre de 2011, em comparação ao mesmo trimestre de 2010, um acréscimo de 84,24%, devido basicamente a combinação dos seguintes fatos:

a) Subvenções CCC: Esta rubrica registra os reembolsos do consumo de óleo diesel que a Companhia tem direito, e sua variação está atrelada ao aumento ou diminuição destes gastos. Como a rubrica que registra estes gastos (Matéria prima e insumos para produção de energia elétrica) apresentou crescimento devido ao aumento do preço pago pelo óleo diesel, houve variação positiva nesta rubrica.

b) Despesa de construção: A variação apresentada nesta rubrica está explicado no item I b, (Receita de construção), haja vista que os valores da receita e despesa de construção são equivalentes e gerados em uma mesma base de valores.

Comentário do Desempenho**1.1. Receita bruta de vendas**

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
Residencial	1.503.810	1.400.567	568.730	561.065	247.317	216.107
Industrial	3.804	3.760	319.899	308.085	98.880	83.591
Comercial, serviços e outras atividades	137.263	132.081	312.477	312.320	144.422	130.339
Rural	126.740	130.421	45.981	45.334	13.909	12.059
Poder público	15.869	14.619	92.467	91.776	41.472	36.995
Iluminação pública	367	347	63.469	62.689	16.935	14.764
Serviço público	1.582	1.501	55.452	52.774	14.779	12.769
Consumo próprio	270	264	8.049	7.704	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	3.864	1.737
Receita do uso da rede	-	-	-	-	3.656	5.918
Fornec. não faturado Diferimento de TUSD	-	-	-	-	(3.914)	(4.377)
Redução da receita - Baixa renda	-	-	-	-	11.494	13.675
Provisão Redução Tarifa - Irrigação	-	-	-	-	9	(8)
Subtotal	1.789.705	1.683.560	1.466.524	1.441.747	592.823	523.569
Suprimentos - CCEE	-	-	106.012	54.300	4.804	1.141
Receita de construção	-	-	-	-	205.904	65.841
Outras receitas	-	-	-	-	3.487	3.735
Total	1.789.705	1.683.560	1.572.536	1.496.047	807.018	594.286

a) No 1º trimestre de 2011, o *fornecimento* de energia elétrica da companhia foi de 1.458.475 MWh (excluído o consumo próprio), contra 1.434.043 MWh em 2010, correspondendo a um acréscimo de 1,70% em relação ao mesmo período do exercício anterior, motivados basicamente pelo incremento de 106,1 mil novos consumidores, impactando principalmente nas classes residencial e Comercial, com 103,2 mil e 5,1 mil respectivamente.

b) A tarifa média (excluído o consumo próprio) de fornecimento faturado por MWh no 1º trimestre de 2011 teve o valor de R\$ 396,11, contra R\$ 353,28 no mesmo período de 2009.

Comentário do Desempenho**2. EBITDA**

	31/3/2011	31/3/2010	Var. %
Receita bruta de vendas	807.018	594.286	35,80
Deduções da receita bruta de vendas	(210.403)	(180.586)	16,51
Receita líquida de vendas	596.615	413.700	44,21
Custo de bens e serviços vendidos	(527.340)	(366.147)	44,02
Despesas operacionais			
(-) Despesas com vendas	(14.839)	(28.205)	(47,39)
(-) Despesas gerais e administrativas	(29.252)	(26.434)	10,66
(-) Outras despesas operacionais	(979)	(1.129)	(13,29)
Total despesas operacionais	(45.070)	(55.768)	(19,18)
Depreciação e amortização	35.501	30.639	15,87
EBITDA	59.706	22.424	166,26

O EBITDA da Companhia passou de R\$ 22.424 no trimestre findo em 31/3/2010 para R\$ 59.706 no trimestre atual, representando um crescimento de 166,26%. Essa variação positiva foi impactada pelo reajuste tarifário médio de 15,83% concedido pela ANEEL a partir de agosto de 2010 e o aumento no consumo de energia elétrica pelos novos consumidores.

3. RESULTADO FINANCEIRO

	Trimestre findo em:		
	31/3/2011	31/3/2010	Variação R\$
Receitas financeiras			
Renda de aplicação financeira	8.212	1.669	6.543
Juros ativos	10.231	35.737	(25.506)
Variação monetária	106	1.042	(936)
Variação cambial	5.349	16.869	(11.520)
Acréscimos moratórios - energia vendida	16.857	8.476	8.381
Operações de swap	-	36.597	(36.597)
Outras receitas financeiras	23.047	16.726	6.321
Total das receitas financeiras	63.802	117.116	(53.314)
Despesas financeiras			
Encargos de dívidas	(42.768)	(26.164)	(16.604)
Variação monetária	(12.099)	(8.496)	(3.603)
Variação cambial	(2.274)	(23.892)	21.618
Juros e multas	(38.368)	(20.293)	(18.075)
Operações de swap	(13.903)	(26.548)	12.645
Encargos financeiros - parcelamento Lei nº 11.941/2009	(3.369)	(3.102)	(267)
IOF	(2.972)	(2.195)	(777)
Outras despesas financeiras	(28.426)	(3.990)	(24.436)
Total das despesas financeiras	(144.179)	(114.680)	(29.499)
Resultado financeiro	(80.377)	2.436	(82.813)

Comentário do Desempenho

O Resultado Financeiro no 1º trimestre de 2011 foi negativo em R\$ 80.377 apresentando um significativo crescimento em relação ao resultado de R\$ 2.436 registrado no 1º trimestre de 2010. Este aumento no saldo negativo em R\$ 82.813, quando comparado os trimestres, é devido aos seguintes fatos:

3.1. Receitas financeiras

a) Juros Ativos: Apresentou uma redução de R\$ 25.506 em relação ao mesmo período do ano anterior devido principalmente a: 1) Os juros dos mútuos ativos que geraram no primeiro trimestre de 2010 receita de R\$ 13.191, reduziu para R\$ 3.173 em 2011 devido ao recebimento dos mútuos com as controladoras QMRA e Rede Energia no final de 2010; 2) As atualizações de créditos relativo a valores consolidados em duplicidade no PAEX, que geraram no primeiro trimestre de 2010 receitas de R\$13.316.

b) Variação Cambial: A redução de R\$ 11.520 na comparação entre os trimestres, deve-se principalmente a variação cambial negativa de 5% na cotação do dólar nos meses de fevereiro e março de 2010, que gerou receita de R\$ 12.183 sobre os empréstimos corrigidos por esta moeda, enquanto que no trimestre atual, a variação cambial negativa de fevereiro e março foi de 2,67% gerando uma receita de apenas R\$ 5.349.

c) Operações de Swap: A Companhia apurou um despesa de Swap no primeiro trimestre de 2011 de R\$ 13.903 e uma receita líquida no primeiro trimestre de 2010 de R\$ 10.040 (receita de R\$ 36.597 e despesa de R\$ 26.548). Esta variação entre os trimestres deve-se a variação cambial do dólar, a qual estão atreladas estes Swap's; haja vista que no trimestre atual o dólar apresentou uma variação negativa de 2,25% e em 2010 foi positiva em 2,29%.

3.2. Despesas financeiras

a) Encargos de dívidas: O aumento de R\$ 16.604 na comparação entre os trimestres, deve-se principalmente a captação de novos empréstimos a partir de abril de 2010.

b) Variações monetárias – O aumento de R\$ 3.603 na comparação entre os trimestres, deve-se principalmente a captação de novos empréstimos a partir de abril de 2010.

c) Juros e multas: Esta rubrica apresentou um aumento de R\$ 18.075 na comparação entre os trimestres devido principalmente ao atraso no recolhimento de alguns tributos, que foram parcelados em abril de 2011.

d) Outras despesas financeiras: Apresentou um significativo acréscimo de R\$ 24.436 na comparação entre os trimestres, devido principalmente aos Ajustes a Valor Presente e Marcação a Mercado de algumas contas patrimoniais que geraram no trimestre atual uma despesa de R\$ 23.568, contra R\$ 2.967 no primeiro trimestre de 2010

Comentário do Desempenho**4. INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS**

	No período findo em:	
	31/3/2011	31/3/2010
1 - Liquidez corrente		
Ativo circulante / Passivo circulante	0,75	0,74
2 - Liquidez geral		
(Ativo circulante + realizável a longo prazo) / Exigível total	0,61	0,68
3 - Endividamento		
Exigível total / Ativo total	0,80	0,75
4 - Capitalização		
Patrimônio líquido / Ativo total	0,20	0,25
5 - Valor patrimonial da ação - R\$ por lote de mil ações	13.339,66	15.562,87

5. INDICADORES OPERACIONAIS

	31/3/2011	31/3/2010
1 - Número de empregados	2.159	2.139
2 - Consumidor por empregado	829	787

* * *

Notas Explicativas

CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (Companhia ou CELPA) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém – PA, sob o controle acionário da companhia QMRA Participações S.A., que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.690 km², atendendo 1.789.705 consumidores em 143 municípios; tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A DENERGE Desenvolvimento Energético S.A., é a empresa controladora final do grupo, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sua sede na cidade de São Paulo - SP.

Para o enfrentamento de seu endividamento financeiro, principalmente para investimentos no ativo imobilizado, a Administração da Companhia vem tomando medidas, tais como o acordo de investimento firmado com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) que visa investir na construção, modernização, reforma, manutenção, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura; e a obtenção de renovação de linhas de crédito com instituições financeiras. Adicionalmente um abrangente re-estudo técnico de suas linhas de sub-transmissão e distribuição, além da revisão e construção de novas sub-estações e do redimensionamento dos alimentadores das regiões de Grande Belém, Castanhal, Marabá e Santarém, com o objetivo de rápido ataque a redução de perdas técnicas e não técnicas. Ao mesmo tempo em que revisa os investimentos necessários visando economias nos recursos sem perda de eficiência, os volumes de investimentos utilizando-se de maior inteligência aplicada ao manejo das redes e conseqüente otimização da necessidade de novos recursos financeiros. Os resultados favoráveis na redução de DEC e FEC já começam a aparecer em fevereiro de 2011 e trará redução nos montantes de multas financeiras pela infração destes indicadores operacionais.

1.1. Autorização de conclusão das informações trimestrais

A autorização para emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da Diretoria em 4/5/2011.

2. OFÍCIO CIRCULAR CVM/SNC/SEP/Nº003/2011

As informações trimestrais (ITR) e as notas explicativas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 003/2011 de 28/4/2011 e IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Para a elaboração das informações trimestrais, a Companhia adotou a mesma política contábil apresentada nas demonstrações contábeis anuais de 31/12/2010, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Notas Explicativas

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes, de 31/12/2010, e a imaterialidade das variações durante o 1º trimestre de 2011.

As Demonstrações Financeiras foram publicadas no jornal Valor Econômico do dia 29/3/2011, nas páginas A47 a A57, e divulgada no site da CVM (www.cvm.gov.br) no dia 28/3/2011.

Segue abaixo a relação das notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2010 e que não estão sendo apresentadas neste trimestre:

- Nota 3 - Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras (idêntica à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 4 - Principais práticas contábeis adotadas (idêntica à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 5 - Primeira adoção dos CPCs - Convergentes às IFRS (informações necessárias apenas na demonstração anual);
- Nota 8 - Títulos a receber (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao trimestre findo em 31/3/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 15 – Partes relacionadas – item 15.3 Compartilhamento de infraestrutura (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao trimestre findo em 31/3/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 20 - Impostos, contribuições sociais e parcelamentos (alteração do título para “Obrigações fiscais”);
- Nota 25 - Obrigações estimadas (alteração do título para “Provisões previdenciárias e trabalhistas”);
- Nota 33 - Despesas operacionais (incorporação dos saldos da nota explicativa 34 - Outros Resultados);
- Nota 34 - Outros resultados (reclassificação dos saldos para a nota explicativa 33 - Despesas Operacionais);
- Nota 37 - Participação nos resultados (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao trimestre findo em 31/3/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 38 - Revisão tarifária (idênticas à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 39 - Investimento remunerável (idênticas à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 40 - Plano de aposentadoria e pensão (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao trimestre findo em 31/3/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 41 - Seguros (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao trimestre findo em 31/3/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 42 - Termo de compromisso (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao trimestre findo em 31/3/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 43 - Questões ambientais (idênticas à divulgada na Demonstração anual).

Notas Explicativas

3. DAS CONCESSÕES

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28/7/1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possuía Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período. Em 15/3/2011 o Ofício nº 331/2011 – SCG/ANEEL extinguiu a concessão das usinas termelétricas terceirizadas, permanecendo como concessão da Companhia as 11 termelétricas próprias (anexo II.I e II.II do referido contrato de concessão de geração). Segue abaixo as principais características:

	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
UTE				
Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 2 MW: Santana do Araguaia, Jacareacanga e Cotijuba.	21,10	10,46	28/7/1998	28/7/2028

De acordo com o artigo 8º da Lei 10.848/04 de 15/3/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30/7/2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolados, ou seja, aqueles não interligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 11 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

A geração de energia representa 0,95% de todo ativo imobilizado da concessão da Companhia.

O contrato de concessão assinado com a União Federal, confere ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas; e
- dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;

Notas Explicativas

- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- f) em caso de falência ou extinção da concessionária.

O contrato de concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A energia distribuída é substancialmente adquirida via contratos bilaterais aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, bem como a energia proveniente de leilões efetuados pela ANEEL/Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE vinculadas ao Ministério de Minas e Energia - MME. Seu parque gerador, composto por usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados, contribui com aproximadamente 6,63% da totalidade da energia distribuída.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões acima mencionadas, a Companhia possui um quadro próprio de 2.159 funcionários, 1.977 prestadores de serviços e 34 estagiários, em 31/3/2011.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/3/2011	31/12/2010
Caixa	64.014	127.229
Equivalentes de caixa	149.424	329.980
Total	213.438	457.209

4.1. Equivalentes de caixa

Agente financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas %	31/3/2011	31/12/2010
Banco Bradesco	CDB	(*)	100,00 CDI	7.076	6.894
Banco Basa	CDB	(*)	100,00 CDI	2.787	4.585
Banco Basa	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	5.933	5.186
Banco do Brasil	CDB	(*)	100,00 CDI	-	902
Banco do Brasil	Fundo de investimento	(*)	(**)	72.906	32.809
Banco do Brasil	Poupança	(*)	6,00 a.a. + TR	59	59
Caixa Econômica Federal	Fundo de investimento	(*)	(**)	33.323	235.137
Banco do Nordeste	CDB	(*)	99,20 CDI	5.134	5.002
Banco Itaú	CDB	(*)	20,00 CDI	1.628	-
Banco Daycoval	CDB	(*)	100,00 CDI	20.106	-
Banco Safra	CDB	(*)	10,00 CDI	472	39.406
Total				149.424	329.980

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorrido. O valor contábil é próximo ao seu valor justo.

(**) Os fundos de investimentos estão concentrados em fundos de renda fixa e compostos por títulos públicos federais e títulos de emissores de baixo risco de crédito, com tendência de variação das taxas de juros pós-fixadas (CDI).

Notas Explicativas

5. CONSUMIDORES E PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL

	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Consumidores	706.416	712.080	23.858	26.715
(-) Perda no valor recuperável	(105.548)	(104.369)	-	-
Total	600.868	607.711	23.858	26.715

5.1. Consumidores

Classe de consumidores	Saldos vencidos					Total	
	Saldos vincendos	até 90 dias	de 91 até 360 dias	mais de 361 dias	Total	31/3/2011	31/12/2010
Circulante							
Residencial	100.115	74.214	61.190	87.480	222.884	322.999	319.868
Industrial	42.074	17.838	17.609	43.517	78.964	121.038	115.933
Comércio, Serviços e Outras Atividades	50.369	23.543	19.460	29.016	72.019	122.388	127.930
Rural	4.838	5.080	6.930	8.970	20.980	25.818	25.069
Poder Público:							
Federal	3.287	1.675	313	100	2.088	5.375	5.744
Estadual	5.053	1.836	5.294	914	8.044	13.097	14.649
Municipal	16.443	7.228	4.338	3.121	14.687	31.130	35.344
Iluminação Pública	11.531	453	376	291	1.120	12.651	13.197
Serviço Público	5.640	2.959	10.668	3.161	16.788	22.428	22.705
(-) Ajuste a valor presente (c)	(151)	-	-	-	-	(151)	(133)
Redução de Uso Sistema de Distribuição	7.358	-	-	-	-	7.358	11.273
Subtotal - Consumidores	246.557	134.826	126.178	176.570	437.574	684.131	691.579
Participação financeira do consumidor	320	190	101	390	681	1.001	1.203
Comercialização na CCEE (a)	3.882	-	-	-	-	3.882	1.848
Programa emergencial de redução do consumo	-	-	-	67	67	67	67
Encargos de capacidade emergencial	-	-	-	452	452	452	453
Concessionárias e permissionárias	10	-	-	-	-	10	10
Encargos de uso da rede elétrica	5.204	-	-	-	-	5.204	5.204
Outros	1.145	4.698	2.525	3.301	10.524	11.669	11.716
Total	257.118	139.714	128.804	180.780	449.298	706.416	712.080
Não circulante							
Consumidores	21.488	-	-	-	-	21.488	23.681
(-) Ajuste a valor presente (c)	(1.634)	-	-	-	-	(1.634)	(1.613)
Participação financeira do consumidor	652	-	-	-	-	652	652
Redução de Tarifa - Irrigação e Aquicultura (b)	27	-	-	-	-	27	20
Comercialização na CCEE (a)	3.015	-	-	-	-	3.015	3.651
Outros	310	-	-	-	-	310	324
Total	23.858	-	-	-	-	23.858	26.715

Do valor total de contas a receber R\$ 150.895 em 31/3/2011 (R\$ 143.603 em 31/12/2010) se referem a renegociações definidas.

(a) Comercialização na CCEE

O saldo da conta de consumidores inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no circulante e não circulante, no montante de R\$ 6.897, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de março de 2011. De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

Notas Explicativas

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho de 2003, as demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas até o 1º trimestre de 2011, estão sendo liquidadas mensalmente.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

(b) Subsídio a Irrigantes

A Resolução Normativa nº 207, de 9/1/2006, que “estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura”, dispôs no artigo 6º que “o valor financeiro resultante dos descontos estabelecido nesta Resolução configura direito da concessionária ser compensada no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração”.

Saldo no início do período	20
Apropriado no período	5
Atualizado no período	5
Amortizado no período	(3)
Saldo no final do período	27

(c) Ajuste a valor presente

Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 12,81% a.a., que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução ANEEL nº 234 de 31/10/2006. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

5.2. Perda no valor recuperável

	31/3/2011	31/12/2010
Circulante		
Residencial	57.859	63.908
Industrial	32.284	27.995
Comércio, serviços e outras atividades	7.846	7.523
Rural	3.496	1.128
Poder público	228	212
Iluminação pública	17	17
Serviço público	176	188
Outras receitas	3.642	3.398
Subtotal	105.548	104.369

Notas Explicativas

Movimentação:	31/3/2011	31/12/2010
Saldo no início do período	104.369	89.030
Perdas no exercício/trimestre	4	(987)
Recuperação de perdas	212	1.028
Complemento / reversão de provisão	963	15.298
Saldo no final do período	105.548	104.369

O valor de recebíveis vencidos e não provisionados é de R\$ 145.676 (R\$ 133.749 em 31/12/2010).

A perda no valor recuperável foi constituída considerando os critérios a seguir:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas baseadas no histórico de recuperação, cuja perda não é considerada como incorrida.

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECUPERAR

	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Imposto de renda (b)	19.037	14.194	33.855	33.028
Contribuição social (b)	1.836	1.609	7.776	7.585
Subtotal	20.873	15.803	41.631	40.613
Outros impostos e contribuições a recuperar				
ICMS (a)	50.690	47.965	45.679	47.367
(-) Ajuste a valor presente - Lei 11.638/07 (a)	(2.581)	(2.592)	(9.886)	(10.270)
ICMS ajustado	48.109	45.373	35.793	37.097
COFINS (c)	-	-	10.023	-
FINSOCIAL (d)	-	-	4.586	4.585
Outros	699	641	-	-
Subtotal	48.808	46.014	50.402	41.682
Total	69.681	61.817	92.033	82.295

Notas Explicativas

(a) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado será recuperado em até 48 meses. A Companhia procedeu ao cálculo do AVP – Ajustes a Valor Presente utilizando a taxa de 12,81% a.a., que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução ANEEL nº 234 de 31/10/2006. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume da recuperação a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

(b) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados na Declaração de Ajuste Anual de 2010 e Anos-Calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento da Lei nº 11.941/09 (vide nota explicativa nº 16), e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos.

(c) Refere-se a crédito tributário originário do pedido de revisão do REFIS pendente de decisão administrativa referente a depósitos judiciais relativos ao período de setembro de 1998 a janeiro de 1999, não convertidos em renda na consolidação do REFIS liquidado em setembro de 2006.

(d) Processo Administrativo nº 10280.013060/99-14 referente a Pedido de Restituição de Finsocial recolhido na alíquota superior a 0,5% no período de novembro/1989 a março/93 conforme Leis 7.787/1989, 7.894/1989 e 8.147/1990. Contra a última decisão que reconheceu como parcialmente o crédito, a companhia interpôs recurso voluntário que aguarda distribuição no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	Imposto de renda	Contribuição Social	Total 31/3/2011	Total 31/3/2010
Composição da receita (despesa) com impostos:				
Impostos correntes	-	-	-	(20)
Impostos diferidos - variação líquida	11.010	5.101	16.111	6.934
	11.010	5.101	16.111	6.914

Notas Explicativas

7.1. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	31/3/2011		31/3/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Reconciliação para taxa efetiva				
Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(56.020)	(56.020)	(5.604)	(5.604)
Ajustes RTT	6.026	6.026	(43.550)	(43.550)
Lucro tributável	(49.994)	(49.994)	(49.154)	(49.154)
Adições(exclusões) Permanentes				
Gratificações	27	-	148	-
Doações	227	227	134	134
Multas Indedutíveis	12.613	-	11.157	11.157
Despesas Indedutíveis	24	24	-	-
Efeitos da Lei 11.638/2007	(6.026)	(6.026)	13.174	13.174
Outras	(912)	(912)	4.240	4.246
Subtotal	5.953	(6.687)	28.853	28.711
Base de cálculo dos impostos	(44.041)	(56.681)	(20.301)	(20.443)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Receita(despesa) com impostos	11.010	5.101	5.075	1.839
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(20)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.010	5.101	5.095	1.839
Imposto de renda e contribuição social no resultado	11.010	5.101	5.075	1.839

7.2. Ativo fiscal diferido

	Ativo não circulante			
Natureza	Imposto de Renda 31/3/2011	Contribuição Social 31/3/2011	Imposto de Renda 31/12/2010	Contribuição Social 31/12/2010
Provisão para contingencias trabalhistas e cíveis	14.642	14.642	15.577	15.577
Provisão para devedores duvidosos	142.445	142.445	141.265	141.265
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600	13.983	13.983	13.983	13.983
Prejuízos fiscais e base negativa	66.010	158.586	57.498	137.420
Ajustes da Lei 11.638/2007	14.239	14.239	14.608	14.608
Base de cálculo dos impostos diferidos	251.319	343.895	242.931	322.853
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	62.830	30.951	60.733	29.057

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia estima recuperar o crédito tributário até o ano de 2013, conforme demonstrado abaixo:

2011	2012	2013	Total
34.681	41.900	17.200	93.781

Notas Explicativas**7.3. Passivo fiscal diferido****Diferenças temporárias:**

Natureza	Passivo não circulante			
	Imposto de Renda 31/3/2011	Contribuição Social 31/3/2011	Imposto de Renda 31/12/2010	Contribuição Social 31/12/2010
Provisão para passivos regulatórios	9.945	9.945	11.280	11.280
Ajustes da Lei 11.638/2007	10.592	10.592	16.979	16.979
Base de cálculo dos impostos diferidos	20.537	20.537	28.259	28.259
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	5.134	1.848	7.065	2.543

Encargos de reavaliação:

	31/3/2011		31/12/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Reserva de reavaliação	1.345.140	1.345.140	1.345.140	1.345.140
(-) Reversão de reavaliação anterior	(320.430)	(320.430)	(320.430)	(320.430)
(-) Depreciação / baixas	(472.081)	(472.081)	(444.159)	(444.159)
Base de cálculo	552.629	552.629	580.551	580.551
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Encargos tributários	138.157	49.737	145.137	52.250

7.4. Variação do saldo do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	31/3/2011	31/12/2010	Variação
Impostos diferidos - ativo (diferenças temporárias)	93.781	89.790	3.991
Impostos diferidos - passivo (diferenças temporárias)	(6.982)	(9.608)	2.626
Impostos diferidos - passivo (encargos de reavaliação)	(187.893)	(197.387)	9.494
Total	(101.094)	(117.205)	16.111

8. REDUÇÃO DE RECEITA - BAIXA RENDA

Subvenção a Baixa Renda - Tarifa Social: O Governo Federal, através da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia, compensada através do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23/12/2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 80 kWh ou com consumo entre 80 e 220 kWh, nesse último caso desde que atendam a alguns critérios conforme estabelecido no artigo 5º da Lei nº 10.604, de 17/12/2002.

Segue, abaixo, a movimentação no exercício:

Notas Explicativas

Saldo em 31/12/2010	15.061
Valor provisionado	3.693
Valor homologado	7.801
Valor recebido	-
Saldo em 31/3/2011	26.555

9. SUB-ROGAÇÃO DA CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24/12/2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7/7/2009, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente a implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O valor do Investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$ 473.617, correspondente a 100% do montante aprovado.

O benefício foi dividido em 2 fases distintas. Na 1ª fase, a Companhia tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$ 184.660 e, na 2ª fase um valor aprovado de R\$ 288.957.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18/12/2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Do valor sub-rogado, foram aplicados em 31/3/2011, relativos a 1ª fase, o valor de R\$ 166.232 (R\$ 138.509 em 31/12/2010), sendo que a 2ª fase ainda não foi iniciada.

10. OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Valores a recuperar de empregados	4.808	4.481	-	-
Desativações em curso (a)	53.048	34.773	-	-
Adiantamento diversos	7.533	851	-	-
Recolhimento a maior COFINS (b)	-	9.732	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.226	1.226
Garantia liquidação nas operações CCEE	8.176	24.047	-	-
Créditos em conta de energia elétrica	3.055	3.695	-	-
Custos de geração térmica	-	-	11.951	11.951
Outros créditos a receber	7.313	5.311	893	893
Total	83.933	82.890	14.070	14.070

Notas Explicativas

(a) Refere-se as desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao ativo intangível ou realização.

(b) Em 31/3/2011 o saldo foi reclassificado para a rubrica de “impostos e contribuições a recuperar” (vide nota explicativa nº 6).

11. PARTES RELACIONADAS

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos decisórios da Companhia, conforme regras previstas em nosso Estatuto Social. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

O Acordo de Acionistas firmado entre o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“FI-FGTS”), representado pela Caixa Econômica Federal (CEF), a DENERGE - Desenvolvimento Energético S.A. (“DENERGE”) e a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. (“EEVP”), ambas controladoras indiretas da Companhia, prevê cláusulas que requerem a manutenção de determinados limites operacionais dentro de parâmetros pré-estabelecidos envolvendo a Companhia.

A Administração da Companhia acompanha tempestivamente (mensal) esses limites operacionais, como forma de monitoramento e remediação com o FI-FGTS, quando necessário.

Em 31/3/2011, os limites operacionais do acordo foram atendidos.

As operações com o acionista não controlador, Eletrobrás, estão detalhadas na nota explicativa nº 17 – Empréstimos, financiamentos e encargos.

Notas Explicativas

11.1. Transações e saldos com empresas relacionadas

	<u>Relacionamento</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>31/3/2010</u>
Receitas financeiras	-	3.173	13.191
Despesas financeiras	-	(3.346)	(1.590)
SALDOS ATIVOS	<u>Relacionamento</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2010</u>
Não circulante			
Valores a recuperar:			
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	Coligada	34	34
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada	92	92
		<u>126</u>	<u>126</u>
Alienação de bens e direitos (b):			
Rede Power do Brasil S.A.	Coligada	111.029	107.927
Total		<u>111.155</u>	<u>108.053</u>
SALDOS PASSIVOS			
Circulante			
Não circulante			
Valores a reembolsar:			
Caiuá Distribuição de Energia S.A	Coligada	2.283	2.283
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada	92	92
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	Coligada	52	51
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	Coligada	29	29
		<u>2.456</u>	<u>2.455</u>
Conta corrente (a):			
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Coligada	33.432	30.986
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Coligada	-	28.833
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	Coligada	21.064	22.889
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	Coligada	-	10.412
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO	Coligada	19.190	18.246
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada	267	22.594
		<u>73.953</u>	<u>133.960</u>
Total		<u>76.409</u>	<u>136.415</u>

(a) Conta corrente

- Contrato Multilateral de Mútuo entre as Geradoras e Não Concessionárias (Mutuantes) e as Distribuidoras (Mutuárias)**

As empresas Geradoras e Não Concessionárias (mutuantes) darão em empréstimos, recursos financeiros dentro dos limites para o saldo credor estabelecidos no contrato, às Distribuidoras (mutuárias), na medida de suas necessidades de forma sucessiva e contínua, com remuneração sobre o saldo devedor calculado com base em 100% do CDI. Cada empresa tem um limite máximo para o saldo credor, as Distribuidoras, por sua vez, somente poderão realizar operações de conta-corrente na condição de tomadoras dos empréstimos perante as Geradoras e Não Concessionárias.

As mutuantes podem realizar operações de empréstimos financeiros entre si.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses, vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos

Notas Explicativas

Este contrato e seus respectivos aditamentos foram devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

- **Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras**

Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as Distribuidoras que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso, dentro dos limites para o saldo credor estabelecidos no contrato.

A Companhia foi incluída no contrato na condição de mutuária, somente podendo receber recursos das demais distribuidoras.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos.

Este contrato e seus respectivos aditamentos foram devidamente aprovados pela ANEEL por meio de despachos da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

(b) Alienação de bens e direitos

Corresponde ao valor a receber da Rede Power do Brasil S.A. relativo à alienação das participações societárias nas companhias Rede Lajeado Energia S.A., de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações, no valor de R\$ 76.124, com a anuência da ANEEL, dada através do Despacho nº 2.147 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 20/12/2005 e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações com a anuência da ANEEL, dada através do Despacho nº 683 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 3/4/2006.

Em novembro de 2007, através do primeiro termo aditivo ao Instrumento Particular de Venda e Compra de ações da Rede Lajeado Energia S.A. foi renegociada a remuneração e forma de pagamento adequando o respectivo encargo para IGP-M mais 2% a.a e o pagamento em 12 parcelas anuais vencendo a 1ª em 26/6/2008. Este aditamento tem a anuência da ANEEL, dada através da Resolução Autorizativa nº 3.458 de 21/11/2007 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira publicado no DOU de 23/11/2007.

11.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, para o 1º trimestre de 2011, que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R\$ 703 (R\$ 737 no 1º trimestre de 2010) e, o valor correspondente a benefícios pós-emprego, foi de R\$ 13 (R\$ 2 no 1º trimestre de 2010).

No 1º trimestre de 2011 não houveram benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

12. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	31/3/2011	31/12/2010
Tesouro Nacional (a)	17.246	18.227
Total	17.246	18.227

Notas Explicativas

(a) Refere-se à caução dada em garantia dos empréstimos com o Tesouro Nacional, a qual é corrigida pela taxa de juros de 0,81% a.a., mais taxa Libor semestral e variação cambial, sendo a data de vencimento em 11/4/2024.

13. INVESTIMENTOS

	31/3/2011	31/12/2010
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.187	20.199
Terrenos	1.423	1.423
Outros investimentos	4.140	4.160
Total	25.750	25.782

Refere-se aos bens destinados a uso futuro, em conformidade com o processo de desverticalização adotado pela Companhia e de acordo com a proposta apresentada à ANEEL.

14. ATIVO INTANGÍVEL E ATIVO FINANCEIRO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

	31/3/2011	31/12/2010
Ativo intangível	2.104.049	2.053.208
Ativo financeiro	339.864	275.831
Total	2.443.913	2.329.039

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível e ativo financeiro está demonstrada abaixo:

Notas Explicativas

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/3/2011</u>
Em serviço:					
Custo					
Geração	25.754	-	-	351	26.105
Distribuição	3.701.423	-	(38.214)	227.713	3.890.922
Comercialização	20.861	-	-	33	20.894
Administração	80.489	-	-	4.175	84.664
Não vinculadas a concessão	-	-	-	-	-
Subtotal	<u>3.828.527</u>	<u>-</u>	<u>(38.214)</u>	<u>232.272</u>	<u>4.022.585</u>
(-) Obrigações vinc. à concessão	(924.738)	(81)	-	(32.289)	(957.108)
Total do custo	<u>2.903.789</u>	<u>(81)</u>	<u>(38.214)</u>	<u>199.983</u>	<u>3.065.477</u>
(-) Amortização					
Geração	(6.989)	(282)	-	(1)	(7.272)
Distribuição	(1.022.133)	(42.717)	5.890	(178)	(1.059.138)
Comercialização	(7.468)	(211)	-	-	(7.679)
Administração	(44.706)	(1.584)	-	179	(46.111)
Não vinculadas a concessão	-	-	-	-	-
Subtotal	<u>(1.081.296)</u>	<u>(44.794)</u>	<u>5.890</u>	<u>-</u>	<u>(1.120.200)</u>
Obrigações vinc. à concessão	77.151	9.325	-	-	86.476
Total da amortização	<u>(1.004.145)</u>	<u>(35.469)</u>	<u>5.890</u>	<u>-</u>	<u>(1.033.724)</u>
Total em serviço	<u>1.899.644</u>	<u>(35.550)</u>	<u>(32.324)</u>	<u>199.983</u>	<u>2.031.753</u>
Em Curso:					
Geração	4.484	155	(4)	(332)	4.303
Distribuição	789.197	202.278	(5.111)	(225.369)	760.995
Comercialização	229	11	-	(33)	207
Administração	18.924	5.822	(537)	(6.538)	17.671
Subtotal	<u>812.834</u>	<u>208.266</u>	<u>(5.652)</u>	<u>(232.272)</u>	<u>783.176</u>
Obrigações vinc. à concessão	(383.439)	(28.277)	8.411	32.289	(371.016)
Total em curso	<u>429.395</u>	<u>179.989</u>	<u>2.759</u>	<u>(199.983)</u>	<u>412.160</u>
Total	<u>2.329.039</u>	<u>144.439</u>	<u>(29.565)</u>	<u>-</u>	<u>2.443.913</u>

Os bens referentes aos contratos de concessão estão constituídos em termo da natureza dos ativos que os compõe:

Notas Explicativas

			31/3/2011	31/12/2010		
			Valor líquido	Valor líquido		
	Custo	(-) Amortização acumulada	Ativo intangível	Ativo financeiro	Ativo intangível	Ativo financeiro
Em serviço:						
Terrenos	19.277	-	-	19.277	-	19.001
Edificações, obras civis e benfeitorias	113.226	(41.470)	52.911	18.845	47.658	16.140
Máquinas e equipamentos	3.836.902	(1.054.351)	2.459.604	322.947	2.378.203	261.895
Veículos	17.971	(8.150)	9.821	-	5.176	-
Móveis e utensílios	8.539	(4.879)	3.660	-	3.505	-
Servidões	10.606	-	-	10.606	5.048	10.606
Softwares	16.064	(11.350)	4.714	-	-	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(957.108)	86.476	(838.821)	(31.811)	(815.775)	(31.811)
Subtotal	3.065.477	(1.033.724)	1.691.889	339.864	1.623.815	275.831
Em curso:						
Terrenos	744	-	744	-	1.015	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.972	-	1.972	-	1.872	-
Máquinas e equipamentos	538.331	-	538.331	-	580.039	-
Veículos	2.313	-	2.313	-	5.458	-
Móveis e utensílios	1.253	-	1.253	-	1.301	-
Material em depósito	107.919	-	107.919	-	104.159	-
Servidões	650	-	650	-	258	-
Softwares	12.295	-	12.295	-	10.925	-
Outros	117.699	-	117.699	-	107.807	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(371.016)	-	(371.016)	-	(383.441)	-
Subtotal	412.160	-	412.160	-	429.393	-
Total	3.477.637	(1.033.724)	2.104.049	339.864	2.053.208	275.831

Faixas de servidões: são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como estas têm vida útil indefinida não são amortizados, apenas sujeitos a teste de recuperabilidade econômica anualmente.

Software: são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

O intangível em curso de contratos de concessão refere-se substancialmente às obras de expansão em andamento do sistema de distribuição de energia elétrica. Incluem itens incorporados através de arrendamentos mercantis financeiros, cujos valores são imateriais. O arrendamento financeiro reconhecido na transição da Lei 11.638/2007 encontra-se totalmente depreciado.

Por atividade, os bens que compõe o ativo intangível dos contratos de concessão são constituídos da seguinte forma:

Notas Explicativas

						31/3/2011	31/12/2010	
					(-) Obrigações vinculadas à concessão líquida			
Taxas médias de amortização (*)	Custo	(-) Ativo financeiro líquido	(-) Amortização acumulada	Subtotal		Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço:								
Geração	4,31%	26.105	(3.664)	(7.272)	15.169	(53)	15.116	15.063
Distribuição	1,10%	3.890.922	(356.322)	(1.059.138)	2.475.462	(838.299)	1.637.163	1.572.351
Comercialização	0,78%	20.894	(5.674)	(7.679)	7.541	(229)	7.312	7.491
Administração	1,62%	84.664	(6.015)	(46.111)	32.538	(240)	32.298	28.910
Subtotal		4.022.585	(371.675)	(1.120.200)	2.530.710	(838.821)	1.691.889	1.623.815
Em curso:								
Geração		4.303	-	-	4.303	-	4.303	4.484
Distribuição		760.995	-	-	760.995	(371.016)	389.979	405.755
Comercialização		207	-	-	207	-	207	230
Administração		17.671	-	-	17.671	-	17.671	18.924
Subtotal		783.176	-	-	783.176	(371.016)	412.160	429.393
Total		4.805.761	(371.675)	(1.120.200)	3.313.886	(1.209.837)	2.104.049	2.053.208

(*) A taxa média é calculada considerando a despesa de amortização do exercício dividida pelo saldo médio anual do intangível.

As taxas de amortização são determinadas com base nas principais taxas anuais de amortização por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367/2009, sendo as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação %		Taxas anuais de depreciação %
Geração:		Comercialização:	
Equipamento geral	10,00	Equipamento geral	10,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	Edificações	4,00
Turbina hidráulica	2,50		
Distribuição:		Administração central:	
Barra de capacitores	5,00 - 6,70	Veículos	20,00
Chave de distribuição	3,30 - 6,70	Equipamento geral	10,00
Condutor do sistema	2,50 - 5,00		
Estrutura do sistema	2,50 - 5,00		
Regulador de tensão	3,50 - 4,80		
Transformador de distribuição	5,00		

Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/2/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

A partir de 1/1/2007, as Obrigações Vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 8/2/2007, 15/2/2007 e 27/6/2007, respectivamente. Nessas legislações ficou determinado que:

Notas Explicativas

- As baixas do ativo intangível, de bens ou empreendimentos que tenham sido total ou parcialmente constituídos com recursos de terceiros, devem ser refletidas nas Obrigações Vinculadas, de forma a anular os efeitos no resultado do exercício, quando do encerramento da Ordem de Desativação - ODD.

Para fins de baixa dos recursos registrados nas Obrigações Vinculadas, deve ser identificado e utilizado o percentual que o bem ou empreendimento baixado representa em relação ao ativo intangível em serviço da respectiva atividade.

- Os valores registrados nas Obrigações Vinculadas passaram a ser objeto de cálculo de Reintegração – Depreciação e registrados contabilmente de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício. O prazo de início da apuração da depreciação acumulada deve ser a partir do 2º ciclo da revisão tarifária.

Para a apuração do valor da reintegração, deve ser utilizada a taxa média de amortização do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das Obrigações Vinculadas.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31/10/2006, estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para a realização do 2º ciclo de revisão tarifária periódica de suas controladas.

Desde 1/1/1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição:

	Ativo intangível		Ativo financeiro		Total	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Participação do consumidor	(45.735)	(45.204)	(728)	(728)	(46.463)	(45.932)
Participação da União	(6.338)	(6.365)	(237)	(237)	(6.575)	(6.602)
Participação do Estado	(2.778)	(2.789)	(101)	(101)	(2.879)	(2.890)
Participação dos Municípios	(60.458)	(60.561)	(2.005)	(2.005)	(62.463)	(62.566)
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	(2.417)	(2.427)	(99)	(99)	(2.516)	(2.526)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(45)	(50)	(4)	(4)	(49)	(54)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(83)	(86)	(4)	(3)	(87)	(89)
Universalização do serviço público de energia elétrica	(924.982)	(942.254)	(28.633)	(28.634)	(953.615)	(970.888)
Outros	(167.001)	(139.481)	-	-	(167.001)	(139.481)
Total	(1.209.837)	(1.199.217)	(31.811)	(31.811)	(1.241.648)	(1.231.028)

Reavaliação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 183/1995, item 15, a Companhia procedeu a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do imobilizado.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29/7/2005 aprovou a nomeação das empresas especializadas Moore Stephens Lima Lucchesi Auditores Independentes e Stima Engenharia Ltda. e o respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, em que constam os novos valores dos bens do imobilizado na data-base de 31/5/2005, conforme detalhado a seguir:

Notas Explicativas

	Laudo de avaliação	Valor residual	Incremento
Geração	22.819	15.709	7.110
Distribuição	1.497.612	934.207	563.405
Comercialização	13.870	8.982	4.888
Administração	52.726	43.160	9.566
Total	1.587.027	1.002.058	584.969
Impostos diferidos			(196.055)
Reavaliação anterior			295.652
Provisão de impostos sobre reserva de reavaliação de bens não depreciáveis			(3.021)
Realização da reserva de reavaliação - líquida de impostos diferidos (depreciação/baixas)			(311.573)
Reserva de reavaliação registrada no Patrimônio Líquido em 31/3/2011			369.972

O efeito no resultado do 1º trimestre de 2011, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$ 18.428, líquido dos efeitos tributários (R\$ 16.969 no 1º trimestre de 2010).

Teste de recuperabilidade econômica

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade econômica dos ativos: intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 – Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Para as projeções do modelo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média representativa, antes dos impostos, do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados se mostraram suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

15. FORNECEDORES

	31/3/2011	31/12/2010
Suprimento de energia elétrica	121.744	91.416
Energia livre - CCEE	9.237	9.237
Aquisição de combustível	121.152	67.856
Encargos de uso da rede elétrica	8.230	4.231
Materiais e serviços	87.680	69.793
Total	348.043	242.533

Notas Explicativas**16. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Obrigações fiscais Federais:				
IRRF	419	-	-	-
Previdência social	3.608	4.147	-	-
FGTS	819	818	-	-
PIS	11.988	6.144	-	-
COFINS	55.217	28.300	-	-
Outros	1.149	2.251	-	-
Subtotal	73.200	41.660	-	-
Parcelamentos:				
Parcelamento Lei 11.941/2009 (b)	64.966	63.024	133.331	145.807
Parcelamento ordinário - PIS (c)	3.699	3.507	9.158	9.810
Parcelamento ordinário - COFINS (c)	17.689	16.020	42.182	45.228
Parcelamento ordinário - CPMF(c)	999	1.595	9.318	9.203
Outros	-	-	175	175
Subtotal	87.353	84.146	194.164	210.223
Total de obrigações fiscais Federais	160.553	125.806	194.164	210.223
Obrigações fiscais Estaduais:				
ICMS	44.590	42.974	759	-
Parcelamentos:				
ICMS (a)	54.786	41.816	54.044	52.749
Total de obrigações fiscais Estaduais	99.376	84.790	54.803	52.749
Obrigações fiscais Municipais:				
ISS	-	666	-	-
Total de obrigações fiscais Municipais	-	666	-	-
Total de obrigações fiscais	259.929	211.262	248.967	262.972

(a) Parcelamento concedido pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará com prazos de amortização de 36 meses, com parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 30/8/2009 e a última parcela vencendo em 30/7/2012, sendo corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC mais 1%.

(b) Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional – PAEX e Dívidas não parceladas anteriormente com vencimentos até 30/11/2008, mantidos junto a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em função da adesão da companhia, em setembro de 2009, às novas modalidades de parcelamentos instituídas pela Lei nº 11.941, de 27/5/2009. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Notas Explicativas

	Tributos		
	RFB	PGFN	Previdência Social
			Total
Saldo consolidado em 31/12/2010	120.038	74.192	14.602
Encargos	2.548	4.025	344
Amortizações	(9.034)	(8.418)	-
Saldo consolidado em 31/3/2011	113.552	69.799	14.946

(c) Parcelamento ordinário – Parcelamento concedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB - referente saldo devedor de PIS, COFINS e CPMF, protocolado em 25/11/2009, o qual será pago em 60 parcelas mensais, corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia, cujo primeiro pagamento ocorreu em 25/11/2009 e o último está previsto para ser liquidado em 30/10/2014.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS**17.1. Composição**

	31/3/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
BNDES - URTJLP	8.910	185.865	454	193.946
BNDES - PRÉ	1.542	44.989	56	46.440
Eletrobrás	47.226	281.103	34.447	293.900
FINAME	1.606	1.831	1.608	2.228
Capital de giro - CDI	395.652	234.896	417.085	241.230
Capital de giro - IPCA	16.667	22.222	16.667	26.389
Capital de giro - PRÉ	44.169	-	45.410	6.500
FNO	385	82.718	341	62.598
FDE	807	1.389	795	1.546
Total moeda nacional	516.964	855.013	516.863	874.777
Moeda estrangeira:				
BID	135.211	-	53.622	97.735
Units Notes	9.946	-	10.774	10.053
Tesouro Nacional	3.828	34.321	3.519	35.111
Capital de Giro	-	-	-	-
Subtotal	148.985	34.321	67.915	142.899
(-) Custo de transação	(145)	-	(169)	(20)
Total moeda estrangeira	148.840	34.321	67.746	142.879
Total geral	665.804	889.334	584.609	1.017.656
Principal	648.514	889.334	569.724	1.017.676
Encargos	17.290	-	14.885	(20)

Notas Explicativas

17.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador

	31/3/2011	%	31/12/2010	%
Moeda nacional:				
URTJLP	194.774	14,20	194.400	13,97
UFIR	328.328	23,93	328.348	23,59
CDI	630.548	45,96	658.315	47,30
IPCA	38.889	2,83	43.056	3,09
TJLP	5.634	0,41	6.176	0,44
PRÉ-FIXADO	173.804	12,67	161.345	11,59
Subtotal	1.371.977	100,00	1.391.640	100,00
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano				
LIBOR	79.096	43,15	65.393	31,02
PRÉ-FIXADO	104.210	56,85	145.421	68,98
	183.306	100,00	210.814	100,00
Custo de Transação	(145)		(189)	
Subtotal	183.161		210.625	
Total	1.555.138		1.602.265	

17.3. Detalhamento dos empréstimos e financiamentos

a. Eletrobrás: recursos destinados a investimentos no ativo imobilizado, para expansão do Programa Nacional Luz no Campo. O empréstimo é datado de 29/2/2000, a data de vencimento da última parcela ocorrerá em agosto/2014, conforme aditivo contratual, a forma de amortização é mensal, e a taxa de juros é de 5% a.a..

b. Eletrobrás: empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela ELETROBRÁS, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização dos contratos será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em maio/2022, com encargos de 6% a.a.. Em junho/2010 foi liberado R\$ 11.324 através do contrato ECF-2812/2010 com carência de 36 meses e vencimento da última parcela em junho/2023 com encargos de 7,0% a.a..

c. BNDES: em dezembro/2009 foi firmado contrato com a finalidade de financiamento de obras de Distribuição e Transmissão em sua área de concessão no valor de R\$ 449.277, ao custo máximo de 3,57% a.a. acima da variação da TJLP vencendo a primeira parcela de amortização em janeiro/2012 e a última em dezembro/2019. Até março/2011 foram liberados R\$ 240.385.

d. FNO: em dezembro de 2008 e agosto/2009 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, através do Banco da Amazônia no valor total de R\$ 118.067, ao custo de 8,5% a.a.; com prazo máximo de 180 meses, sendo 38 meses de carência e 142 para amortização do principal, vencendo a última parcela em janeiro/2024. Até março/2011 foram liberados R\$ 82.789.

e. FDE: em dezembro de 2003 e março/2004 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE, através do Banco do Estado do Pará no valor total de R\$ 2.627, ao custo de 5,0% a.a. acima da TLJP; com prazo máximo de 120 meses, sendo 36 meses de carência e 84 para amortização do principal, vencendo a última parcela em março/2014.

Notas Explicativas

f. Tesouro nacional: Banco do Brasil S.A. - reestruturação de dívida externa, contrato inicial assinado em 31/12/1997, com taxas de juros que variam de 4,3% a 11% a.a., mais taxa Libor semestral acrescida da variação cambial, com amortização semestral, e vencimento da última parcela em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e caução de parte da dívida.

g. Capital de giro: As operações de capital de giro são indexadas a CDI e IPCA e pré-fixadas, com amortização mensal, e vencimento da última parcela em agosto/2015.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 5,37% a.a.
- Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 11,00% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 19,59% a.a.

h. Empréstimo Unit Note: em fevereiro/2006, a Companhia efetuou a emissão de US\$ 50.000 relativos a "Unit Note", com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal e com taxa de juros nominal de 9,5% a.a.. A operação tem uma taxa efetiva de juros de 10,06% a.a, essa taxa contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme a Deliberação CVM nº. 556/08. Durante o 3º trimestre de 2010 foram amortizados R\$ 48 referente a custos de transação. Os custos de transação a serem amortizados são R\$ 145 (2011). O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 19). Em 9/8/2007, a Companhia antecipou pagamentos no montante de US\$ 31.899 milhões, correspondentes a R\$ 61.231.

i. Empréstimo – BID: em junho/2006, a Companhia assinou contrato de US\$ 135.000 provenientes de empréstimos aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo US\$ 75.000 provenientes de recursos próprios do BID (denominados como "A Loan" ou parte "A"); e US\$ 60.000 de um sindicato de bancos (clubdeal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte "B". A parte "A" do financiamento terá o prazo total de 9 (nove) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 6 (seis) para amortização do principal. A parte "B" terá o prazo total de 6 (seis) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 3 (três) anos para amortização. As amortizações serão pagas trimestralmente e durante o período de carência ocorrerão pagamentos trimestrais dos encargos. O custo da parte A é de Libor acrescida de spread de 3,87% a.a. e a parte B de Libor acrescida de spread de 3,5% a.a.. O principal referente a primeira liberação da operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 19).

j. Custo de transação: refere-se a despesas incorridas na obtenção de empréstimos e financiamentos, pagas antecipadamente e apropriadas mensalmente ao resultado pela taxa efetiva de juros, em atendimento à Deliberação CVM nº 556/08.

17.4. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, avais do acionista controlador e receitas futuras de fornecimento de energia elétrica.

Notas Explicativas**17.5. Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos)**

Vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	31/03/2011	31/12/2010
2012	189.680	2.325	192.005	283.426
2013	190.007	1.490	191.497	205.463
2014	119.149	745	119.894	142.349
2015	81.795	-	81.795	92.655
2016	79.514	-	79.514	77.615
2017	77.881	-	77.881	75.981
2018	44.254	-	44.254	42.354
2019	33.884	-	33.884	34.998
2020	12.060	-	12.060	10.347
2021	10.357	-	10.357	8.645
2022	8.457	-	8.457	7.163
2023	7.399	-	7.399	5.779
2024	576	29.761	30.337	30.881
Total	855.013	34.321	889.334	1.017.656

17.6. Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31/12/2010	516.863	874.777	67.746	142.879	1.602.265
Ingressos	131.511	74.698	-	-	206.209
Encargos	37.132	-	3.601	-	40.733
Variação monetária e cambial	857	559	(1.425)	(2.760)	(2.769)
Transferências	95.021	(95.021)	105.818	(105.818)	-
Pagamentos de principal	(230.042)	-	(22.923)	-	(252.965)
Pagamentos de juros	(34.378)	-	(4.002)	-	(38.380)
Transferência de custo de transação	-	-	(20)	20	-
Apropriação de custo de transação	-	-	45	-	45
Saldo em 31/3/2011	516.964	855.013	148.840	34.321	1.555.138

18. FINANCIAMENTO POR ARRENDAMENTO FINANCEIRO**18.1. Composição**

	31/3/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
Arrendamento mercantil	5.145	7.545	4.056	6.776
Total moeda nacional	5.145	7.545	4.056	6.776
Principal	5.077	7.545	4.000	6.776
Encargos	68	-	56	-

Notas Explicativas**18.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador**

	<u>31/3/2011</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>%</u>
Moeda nacional:				
CDI	12.681	99,93	10.774	99,46
PRÉ-FIXADO	9	0,07	58	0,54
Total	<u>12.690</u>	<u>100,00</u>	<u>10.832</u>	<u>100,00</u>

18.3. Detalhamento dos financiamentos

Contratos de arrendamento mercantil em moeda nacional, com taxas pré-fixadas ou indexadas ao CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em fevereiro/2014.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 2,96% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 14,24% a.a.

18.4. Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos)

<u>Vencimento</u>	<u>31/03/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	3.922	4.144
2013	3.499	2.632
2014	124	-
Total	<u>7.545</u>	<u>6.776</u>

18.5. Movimentação de empréstimos e financiamentos

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2010	4.056	6.776	10.832
Ingressos	-	2.812	2.812
Encargos	370	-	370
Transferências	2.043	(2.043)	-
Pagamentos de principal	(1.229)	-	(1.229)
Pagamentos de juros	(95)	-	(95)
Saldo em 31/3/2011	<u>5.145</u>	<u>7.545</u>	<u>12.690</u>

18.6. Arrendamentos mercantis operacionais

No 1º trimestre de 2011 a Companhia pagou um montante de R\$ 2.274 referente a arrendamentos mercantis operacionais, reconhecidos como despesa do exercício nas rubricas Outros Custos de Operações e Despesas Gerais e Administrativas. Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento:	<u>R\$</u>
Até 1 ano	2.216
de 1 a 5 anos	1.625
Total	<u>3.841</u>

Notas Explicativas

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A contratação de instrumentos derivativos objetiva proteger a exposição das obrigações da Companhia ao risco de mercado, principalmente, riscos de variação cambial, que possam resultar em perda financeira. Esses contratos são celebrados em mercado de balcão diretamente com instituições financeiras de primeira linha. As operações com derivativos da Companhia não possui verificadores nem chamada de margens, sendo liquidados integralmente no vencimento.

a. Política de utilização de instrumentos derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas, por intermédio das superintendências financeiras de acordo com a estratégia previamente aprovada pelos gestores da Companhia

b. Obrigações expostas a variação cambial

Através da aplicação de procedimentos de avaliação da estrutura do endividamento e sua exposição a variação cambial, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, contratos de Swap, objetivando mitigar significativamente os riscos de eventuais perdas financeiras nos empréstimos, Unit Notes e BID.

c. Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de outros ativos e passivos

Operações passivas				Custo amortizado		Valor justo	
Objetivo de “hedge” de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento	Valor				
			nocional				
			2011	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
“Swap” BID							
Banco Société Générale		Mai/11 a Mai/12	22.040	(20.907)	(23.174)	(20.990)	(22.749)
Ponta ativa	USD + 0%			16.360	19.994	17.331	20.693
Ponta passiva	IGPM + 4,88%			37.267	43.168	38.321	43.442
Banco Itaú BBA S.A.		Mai/11 a Mai/15	48.204	(45.134)	(47.909)	(45.074)	(46.796)
Ponta ativa	USD + 0%			35.621	41.982	38.453	44.115
Ponta passiva	IGPM + 4,49%			80.755	89.891	83.527	90.911
Unibanco S.A.		Mai/11 a Mai/15	52.097	(48.599)	(46.405)	(48.879)	(45.831)
Ponta ativa	USD + 0%			38.671	41.260	43.677	45.129
Ponta passiva	IGPM + 4,60%			87.270	87.665	92.556	90.960
Total BID				(114.640)	(117.488)	(114.943)	(115.376)
“Swap” UNIT NOTES (b)							
Unibanco S.A.		Fev/12	17.793	(18.566)	(33.821)	(18.876)	(33.692)
Ponta ativa	USD + 0%			13.633	27.770	14.651	28.516
Ponta passiva	IGPM + 5,70%			32.199	61.591	33.527	62.208
Merrill Lynch		Fev/12	17.817	(16.271)	(30.074)	(16.100)	(29.391)
Ponta ativa	USD + 0%			13.633	27.770	14.651	28.516
Ponta passiva	IGPM + 4,20%			29.904	57.844	30.751	57.907
Total UNIT NOTES				(34.837)	(63.895)	(34.976)	(63.083)
“Swap” CAPITAL DE GIRO							
Banco ABC S.A.		Abr/11 a Nov/11	3.870	(1)	(1)	(26)	(48)
Ponta ativa	CDI + 4,2818%			3.876	5.463	4.095	5.574
Ponta passiva	CDI + 6,1677%			3.877	5.464	4.121	5.622
Total Capital de Giro				(1)	(1)	(26)	(48)
TOTAL GERAL				(149.478)	(181.384)	(149.945)	(178.507)
Passivo circulante				-	-	(89.588)	(81.769)
Passivo não circulante				-	-	(60.357)	(96.738)

Notas Explicativas

(a) Para maiores informações sobre as dívidas em questão vide nota explicativa nº 17.

(b) Devido ao pagamento antecipado da dívida, o valor nocional do swap é superior a dívida. Vide nota explicativa nº 17.

Vencimento das parcelas do não circulante:

Vencimento:	31/03/2011	31/12/2010
2012	21.608	62.108
2013	14.681	12.942
2014	16.208	14.530
2015	7.860	7.158
Total	60.357	96.738

d. Valor justo dos instrumentos derivativos

A Companhia possui apenas operações de Swap, não possuindo outros instrumentos derivativos. Para a apuração do valor justo foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. A metodologia utilizada para o cálculo do valor justo baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&F. A mensuração é considerada nível 2 na hierarquia do valor justo.

e. Exposição cambial sem contratação de instrumentos financeiros derivativos

Tesouro Nacional - Corresponde a reestruturação da dívida externa (vide nota explicativa nº 17), atualizados de acordo com a variação das taxas Libor, Taxa Pré-fixada e variação do dólar, com amortização mensal e vencimento em abril de 2024.

Os administradores da Companhia não contrataram instrumentos financeiros derivativos por possuírem investimentos em Bônus de Descontos e Bônus ao Par (Bônus emitidos pela União) que estão expostos a variação do dólar, possuem vencimentos idênticos ao valor da dívida e serão utilizados para quitar a dívida. Os referidos estão contabilizados no ativo não circulante, na rubrica cauções e depósitos vinculados (vide nota explicativa nº 12).

f. Teste de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº. 475/08 é apresentado a seguir o quadro da análise de sensibilidade de todas as posições com derivativos abertas dos contratos de Swap em 31/3/2011. Os Swaps da Companhia, em sua maioria, celebram uma troca de fluxos de caixa, na qual ela se compromete a pagar a variação do IGP-M, recebendo a variação do dólar.

Como estas operações visam proteger dívidas vinculadas a moeda estrangeira, a ponta cambial não apresenta riscos significativos, pois eventuais alterações serão compensadas pela dívida subjacente. Logo, a variável que pode gerar prejuízos e que será sensibilizada é o IGP-M e o CDI, embora a liquidação, quando ocorrer, será pela diferença entre as pontas.

Devido a natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável é utilizada as condições consideradas como prováveis pela Administração, estas foram definidas com base nas taxas divulgadas pela BM&F para cada vencimento, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

Notas Explicativas

		31/3/2011		
Objetivo de "hedge" de risco de mercado	Risco	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
"Swap" BID				
Banco Societe Generali	IGPM + 4,88%	(1.882)	(2.334)	(2.786)
Banco Itaú BBA S.A.	IGPM + 4,49%	(7.392)	(8.955)	(10.518)
Unibanco S.A.	IGPM + 4,60%	(18.038)	(21.500)	(24.963)
Total BID		(27.312)	(32.789)	(38.267)
"Swap" notes units				
Unibanco S.A.	IGPM + 5,70%	(2.321)	(2.834)	(3.347)
Merril Lynch	IGPM + 4,20%	(2.129)	(2.599)	(3.070)
ABC	CDI + 6,17%	(26)	(26)	(26)
Total notes		(4.476)	(5.459)	(6.443)
Total geral		(31.788)	(38.248)	(44.710)

19.1. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado através de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

a. Valor de mercado

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber, empréstimos de capital de giro e operações específicas sem liquidez, assim o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado.

		31/3/2011		31/12/2010	
Nota	Categoria	Contábil	Valor de mercado	Contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	4	Recebíveis	213.438	213.438	457.209
Consumidores	5	Recebíveis	730.274	730.274	738.795
Títulos a receber	-	Recebíveis	41.835	41.835	44.188
Partes relacionadas	11	Recebíveis	111.155	111.155	108.053
Ativo financeiro - bens da concessão	14	Recebíveis	339.864	339.864	275.831
Sub-rogação CCC	9	Recebíveis	166.232	166.232	138.509
Passivos financeiros					
Fornecedores	15	Mensurado pelo custo amortizado	348.043	348.043	242.533
Empréstimos e financiamentos	17	Mensurado pelo custo amortizado	1.567.828	1.567.331	1.613.097
Partes relacionadas	11	Mensurado pelo custo amortizado	76.409	76.409	136.415
Operações de sw ap	19	Valor justo através do resultado	151.220	151.220	178.507
Indenizações trabalhistas	24	Mensurado pelo custo amortizado	167.192	167.192	176.107

19.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.

Notas Explicativas

a. Gerenciamento dos riscos de crédito

Risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas anteriormente como consumidores (vide nota explicativa nº 5.1). O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como perda no valor recuperável (vide nota explicativa nº 5.2). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de consumidores, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia. Outro fator que minimiza o risco de crédito é o perfil da carteira de crédito, que é pulverizada em um número expressivo de consumidores.

b. Gerenciamento de risco de mercado

Risco de mercado é a eventual perda resultante de mudanças adversas nos preços de mercado. Esses riscos de mercado, que estão além de nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação, que possam afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros. A mitigação destes riscos ocorre através da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de mercado e, conseqüentemente, contratação de hedge junto à Instituições Financeiras de primeira linha.

As operações de hedge cambial estão atreladas, em sua maioria, ao IGP-M. A Administração se utiliza desta estratégia de mitigação de risco de mercado devido ao IGP-M ser o índice de atualização da receita da Companhia. O risco cambial advindo da exposição ao dólar está com saldo menor que o swap cambial, isto se deve pelo pagamento antecipado de parte do Unit Notes (vide nota explicativa nº 17).

Os principais risco de mercado que podem afetar o resultado da Companhia é o risco de variação no dólar e nos indexadores da dívida.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável são utilizadas as condições consideradas como prováveis pela Administração, as quais foram definidas com base nas taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

Para os ativos e passivos financeiros, exceto os instrumentos derivativos, foi fixado um período de um ano para verificação do impacto nas despesas financeiras, sendo desconsiderado os pagamentos do período. Já para os instrumentos derivativos, representados por swaps, é utilizada a cotação para cada um dos vencimentos, sendo que a variável que não a cambial tem seus valores baseados sempre no cenário provável.

Notas Explicativas

- Risco cambial**

	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros			
Recebíveis	1.596	6.304	11.013
Passivos Financeiros			
Passivo financeiro mensurado pelo valor justo através do resultado	11.920	47.091	82.261
Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	(16.969)	(67.038)	(117.107)
Total	(3.453)	(13.643)	(23.833)

- Risco de indexadores**

	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros			
Recebíveis	892	5.259	9.625
Passivos Financeiros			
Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	(4.186)	(28.782)	(53.379)
Total	(3.294)	(23.523)	(43.754)

c. Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiro. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo caixa e investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

As análises quanto aos passivos financeiros, por faixas de vencimento, encontram-se em suas respectivas notas explicativas.

d. Gerenciamento de risco de pagamento antecipado

Condições Restritivas Financeiras (*covenants*): Determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos a condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

A Administração da Companhia acompanha tempestivamente (mensal) esses indicadores, como forma de monitoramento e remediação com as instituições financeiras envolvidas, quando necessário.

Em 31/3/2011, a Companhia não atendeu os indicadores de Dívida Total/EBITDA menor que 3,50; Dívida Total/(Dívida Total + Patrimônio Líquido) menor que 0,60; Dívida Total de Curto Prazo/EBITDA menor que 0,75, referentes ao contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) cujo montante é de R\$135.211 (vide nota explicativa nº 21). A Companhia tomou providências imediatas, no entanto não recebeu a carta de

Notas Explicativas

consentimento em tempo hábil ao encerramento destas informações trimestrais, vindo a recebê-la em 6/5/2011 com as pertinentes aprovações.

Os demais índices financeiros foram atendidos.

19.3. Gerenciamento de riscos relacionados à companhia e suas operações

Nossas receitas operacionais podem ser positiva ou negativamente afetadas por decisões da ANEEL com relação às nossas tarifas. As tarifas que cobramos pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com os contratos de concessão celebrados com a ANEEL e estão sujeitas à discricionariedade regulatória da ANEEL. A mitigação desse risco ocorre pelo monitoramento e aplicação de todas as normas e procedimentos definidos pela ANEEL e um criterioso gerenciamento de custos operacionais.

a. Gerenciamento de riscos de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

b. Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

20. TAXAS REGULAMENTARES

	31/3/2011	31/12/2010
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	875	875
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	19.535	6.512
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	6.820	4.551
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.354	-
Total	29.584	11.938

21. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007, respectivamente.

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	524	451	-	-
Ministério de Minas e Energia - MME	262	225	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	13.277	13.087	13.809	12.705
Programa de Eficiência Energética - PEE	20.026	19.742	25.106	22.572
Total	34.089	33.505	38.915	35.277

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/4/2006, nº 300, de 12/2/2008 e nº 316, de 13/5/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 1/1/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D através da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

22. PROVISÕES PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

	31/3/2011	31/12/2010
Provisões sobre folha de pagamento	8.316	7.001
Provisão de encargos sociais sobre folha de pagamento	3.077	2.590
Total	11.393	9.591

23. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Está representada como segue:

	31/3/2011			31/12/2010		
	Provisão			Provisão		
	No exercício	Saldo	Depósitos judiciais	No exercício	Saldo	Depósitos judiciais
Cíveis - Consumidores (a)	(85)	3.184	6.213	(17)	3.269	6.213
Trabalhistas (b)	(861)	11.457	22.972	(536)	12.318	20.419
Fiscais e tributárias:						
PIS	-	-	-	-	-	703
Total	(946)	14.641	29.185	(553)	15.587	27.335

Notas Explicativas

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldo em 31/12/2010	3.269	12.318	-	15.587
Constituição	-	-	-	-
Baixas/reversão	(85)	(861)	-	(946)
Atualização	-	-	-	-
Saldo em 31/3/2011	3.184	11.457	-	14.641

Contingências passivas possíveis de perda (c):	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
31/12/2010	3.175	4.683	-	7.858
31/3/2011	3.106	4.242	-	7.348

(a) As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que consumidores pretendem a devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

(b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

- Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações.

(c) A Companhia também apresentou os valores de suas contingências passivas cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento dos referidos valores e, caso as referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pela Companhia. As ações judiciais de natureza trabalhista e cível cujas chances de êxito são possíveis referem-se, em sua grande maioria as discussões mencionadas nos itens (a) e (b) acima.

Notas Explicativas**24. INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS**

			Circulante	
			Total	
Vencimento	Plano Bresser	PCCS	31/3/2011	31/12/2010
2011	60.594	15.588	76.182	81.950
2012	4.713	5.196	9.909	-
Ajuste a valor presente (a)	(3.957)	(1.303)	(5.260)	(3.854)
Total	61.350	19.481	80.831	78.096

			Não circulante	
			Total	
Vencimento	Plano Bresser	PCCS	31/3/2011	31/12/2010
2012	76.572	15.588	92.160	108.259
Ajuste a valor presente (a)	(4.947)	(852)	(5.799)	(10.248)
Total	71.625	14.736	86.361	98.011

(a) A Companhia procedeu ao cálculo do AVP projetando as parcelas da dívida pela taxa INPC/IBGE e descontando pela taxa SELIC projetada segundo a expectativa apresentada no boletim FOCUS. Foi elegida a taxa SELIC projetada como taxa de desconto por se considerar que esta reflete os juros compatíveis com a natureza, riscos da dívida, levando em conta as taxas de mercado praticadas na data da transição da Lei nº 11.638/2007. Tendo em vista a natureza e complexidade dos cálculos da indenização, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foram omitidas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

Plano Bresser

Em 21/12/2004 a Companhia e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará firmaram acordo referente à ação judicial que transitava na 4ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava 26,06% de reajuste sobre os salários congelados em junho de 1987, denominado Plano Bresser, homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 370.000, sujeito à atualização pela variação acumulada do INPC/IBGE, pagáveis mensalmente até 25/8/2012.

No 1º trimestre de 2011 o impacto no resultado da Companhia relativo a atualização monetária foi de R\$ 2.889 (R\$ 4.741 no 1º trimestre de 2010).

Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS)

Em 18/12/2008 foi homologado o acordo entre a Companhia e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará referente à ação judicial que transitava na 12ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava a anulação das alterações feitas na estrutura do Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), homologado em todos os termos da petição.

Notas Explicativas

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 75.000, sujeito a atualização anual pela variação acumulada do INPC/IBGE nos doze meses anteriores, pagáveis mensalmente até 20/12/2012.

25. OUTROS PASSIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Convênios de arrecadação	3.348	3.060	-	-
Adto. de consumidor - Simara - Siderúrgica Marabá	5.108	5.972	-	-
Adto. de consumidor - diversos	2.247	1.396	6.376	6.240
Sindicato dos Trab nas Ind Urbanas Pará	6.987	-	-	-
Conta paga em duplicidade	9.090	9.567	-	-
Encargo de capacidade emergencial	1.475	1.485	-	-
Secretaria da Receita Federal - Honorários Jurídicos (a)	1.156	1.156	-	-
C.R.Almeida S.A. - Engenharia e Construções (b)	27.682	24.807	14.774	18.357
Encargos ex-isolados	1.255	2.340	-	-
Subvenção PIS - CCC	-	-	6.378	5.731
Subvenção COFINS - CCC	-	-	29.379	26.398
Outros	3.284	4.771	3.098	3.084
Total	61.632	54.554	60.005	59.810

(a) Corresponde a Honorários Jurídicos da Ação Ordinária nº 95.72436-2, Processo 2002.39.0003250-2 junto a PGFN a serem pagos em 27 parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pela taxa SELIC.

(b) Refere-se ao parcelamento da ação ordinária de indenização de autos nº 1993.1.002606-0 junto à C.R. Almeida S.A. – Engenharia e Construções, a ser pago em 50 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo IGP-M acrescidas de juros de 6% ao ano.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1. Capital Social

O capital social da Companhia em 31/3/2011 é de R\$ 518.932 (R\$ 518.932 em 31/12/2010), e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações									
	Preferenciais									
	Ordinárias	%	A	%	B	%	C	%	Total	%
QMRA	32.656.151	54,98	45.395	2,10	-	-	25.466	2,12	32.727.012	51,26
Eletrobrás	20.664.721	34,79	121.339	5,60	1.074.634	99,01	-	-	21.860.694	34,24
Rede Energia	6.061.329	10,20	300.617	13,87	2	-	90.437	7,53	6.452.385	10,11
Outros	15.295	0,03	1.699.465	78,43	10.737	0,99	1.085.346	90,35	2.810.843	4,39
Total	59.397.496	100,00	2.166.816	100,00	1.085.373	100,00	1.201.249	100,00	63.850.934	100,00

Os acionistas terão direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado. A distribuição dos dividendos será efetuada observando-se a preferência das ações preferenciais em relação às ordinárias, da seguinte forma:

Notas Explicativas

- a) Os titulares das ações preferenciais terão assegurado o recebimento dos dividendos mínimos previstos no artigo 8º do estatuto, se a porcentagem de 25% dos lucros líquidos, prevista no "caput" desse artigo, não permitir melhor remuneração às ações preferenciais;
- b) Não haverá prioridade para recebimento dos dividendos mínimos para as classes de ações preferenciais, de forma que, se o valor disponível para distribuição for insuficiente para pagamento integral dos dividendos mínimos das três classes de ações preferenciais, as ações das três classes participarão igualmente da distribuição, no limite do percentual assegurado a cada classe;
- c) Após o pagamento dos dividendos mínimos das ações preferenciais, e à medida que o saldo dos lucros líquidos permitir, os acionistas que possuem ações ordinárias receberão os mesmos dividendos mínimos pagos às ações preferenciais, destinando-se o saldo dos dividendos, se houver, às ações ordinárias e preferenciais em igualdade de condições;
- d) Os dividendos atribuídos às ações ordinárias não poderão ser superiores aos pagos a qualquer das classes das ações preferenciais. O estatuto estabelece distribuição de dividendo mínimo sobre o valor do capital representado pelas respectivas classes de ações nos seguintes percentuais:

Ações preferenciais classe "A" - 6%

Ações preferenciais classe "B" - 10%

Ações preferenciais classe "C" - 3%

26.2. Outros resultados abrangentes

	31/3/2011	31/12/2010
Reserva de reavaliação	369.972	388.400
	369.972	388.400

27. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Dividendos:

Saldo em 31/12/2010	34.491
Dividendos conforme AGO 30/4/2009	
Dividendos propostos	
Dividendos pagos	(1.432)
Saldo em 31/3/2011	33.059
Juros sobre capital próprio (JCP):	
Saldo em 31/12/2010	334
JCP pagos	(216)
Saldo em 31/3/2011	118
Total Dividendos e Juros sobre Capital Próprio em 31/3/2011	33.177

Notas Explicativas**28. DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas operacionais		Outras despesas operacionais	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
Pessoal	(3.580)	(6.231)	(7.509)	(3.909)	-	-	-	-
Administradores	-	-	(716)	(739)	-	-	-	-
Material	(161)	(146)	(2.291)	(841)	-	-	-	-
Serviço de Terceiros	(11.176)	(16.217)	(10.813)	(14.700)	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	-	-	(1.583)	(1.250)	-	-	(32)	(48)
Arrendamentos e Aluguéis	(21)	-	(1.115)	(1.199)	-	-	-	-
Seguros	-	(18)	(200)	(457)	-	-	-	-
Tributos	-	-	(189)	(527)	-	-	(61)	-
Provisões (líquidas de reversão)	(1.180)	(4.902)	-	-	-	-	946	-
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	(979)	(924)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	(833)	-
Outros	1.279	(691)	(4.836)	(2.812)	169	175	(38)	(157)
Total	(14.839)	(28.205)	(29.252)	(26.434)	169	175	(997)	(1.129)

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010
Despesas com pessoal:				
Remuneração	(2.584)	(4.734)	(6.061)	(2.642)
Encargos sociais	(896)	(1.396)	(1.307)	(1.146)
Contribuição como mantenedor da fundação	(85)	(72)	(136)	(77)
Indenização sobre o saldo do FGTS	(15)	(29)	(5)	(25)
(-) Transferências para ordens em curso	-	-	-	(19)
Total	(3.580)	(6.231)	(7.509)	(3.909)

Notas Explicativas**29. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO**

Cálculo de lucros (prejuízo) por ação (em milhares, exceto valor por ação).

	Exercícios findos em	
	31/3/2011	31/3/2010
Resultado básico por ação		
Numerador		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		
Para acionistas preferenciais classe A	(1.354)	620
Para acionistas preferenciais classe B	(678)	518
Para acionistas preferenciais classe C	(751)	172
Para acionistas ordinários	(37.126)	-
	(39.909)	1.310
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferencias classe A	2.167	2.167
Média ponderada de número de ações preferencias classe B	1.085	1.085
Média ponderada de número de ações preferencias classe C	1.201	1.201
Média ponderada de número de ações ordinárias	59.398	59.398
	63.851	63.851
Resultado básico por ação		
Ações preferencias classe A	(0,63)	0,29
Ações preferencias classe B	(0,63)	0,48
Ações preferencias classe C	(0,63)	0,14
Ações ordinárias	(0,63)	-

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado de 2 de março de 2011, que não conteve modificação.

São Paulo, 6 de maio de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC 2SP013439/O-5 "S" PA

Luiz Carlos de Carvalho
Contador CRC 1SP197193/O-6 "S" PA